

# Estratégias Educativas das Famílias em Minas no Século XVIII: algumas trajetórias Educativas

## *Educational Strategies of Households in Mines in the 18th Century: Some Educational Trajectories*



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2618>

*Fabrizio Vinhas Manini Angelo*

Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Doutor e Pos-Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais .

E-mail para contato: [fabriciovinhas@gmail.com](mailto:fabriciovinhas@gmail.com)



<https://orcid.org/0000-0001-5265-1233>

Recebido em: 17/08/2017 – Aceito em 09/09/2018

**Resumo:** O presente trabalho objetiva apresentar reflexões feitas a partir das pesquisas de doutoramento sobre o papel das famílias na educação dos seus descendentes em Minas no século XVIII. Especificamente para este trabalho busca-se apresentar estudos de casos que permitem entender como as estratégias familiares daquele período serviam para preparavam seus herdeiros denotando um projeto intergeracional educativo. Para isso, verticalizou-se a análise em estudos de casos que emergem da massa documental. De maneira geral, a partir de ensaios sobre as estratégias educativas empreendidas por estas famílias busca-se compreender o papel que a família assume na trajetória educacional das futuras gerações, isto é, busca-se compreender as estratégias educativas das famílias em relação à sua descendência. Além disso, o foco deste trabalho é aplicar o arcabouço teórico-metodológico cunhado por Pierre Bourdieu em outro contexto histórico. Claro que isto não é possível sem se estabelecer um diálogo crítico com o sociólogo francês. Sendo assim, identifica-se uma estratégia educativa familiar intergeracional e como a reflexão teórica-metodológica estabelecida pelo sociólogo francês permiti observar tais práticas.

**Palavras-chave:** História da Família, História da Educação, Pierre Bourdieu, Minas, século XVIII

**Abstract:** This article aims to present reflections made from the doctoral research on the role of families in the education of their descendants in Minas Gerais in the 18th century. Specifically for this work, we intend to present case studies that allow us to understand how the family strategies of that period served to prepare their heirs denoting an intergenerational educational project. For this, the analysis was verticalized in case studies that emerge from the documentary mass. In general, from the essays on the educational strategies undertaken by these families, the family's role in the educational trajectory of the future generations is sought to understand the families' educational strategies in relation to their descendants. In addition, the focus of this work is to apply the theoretical-methodological framework coined by Pierre Bourdieu in another historical context. Of course this is not possible without establishing a critical dialogue with the French sociologist. Thus, an intergenerational family educational strategy is identified and how the theoretical-methodological reflection established by the French sociologist allowed to observe such practices.

**Keywords:** History of Family, History of Education, Pierre Bourdieu, Minas, 18th century

<sup>1</sup>Para este texto, o conceito central será de estratégias. No entanto, busca-se dividir estas estratégias em sua forma mais ampla pelo estabelecimento de vínculos sociais, culturais e econômicos nomeadas apenas como estratégias e as estratégias educativas que implicam em investimentos mais direcionados aquilo relacionado à educação. Neste sentido, a compra de bens culturais (livros, joias, roupas, talheres etc.) e o investimento em educação que hoje compreenderíamos como mais formal (pagamento para o aprendizado de um ofício, ou daquilo que é próprio às mulheres ou mesmo o aprendizado de primeiras letras e algumas disciplinas ou mesmo o investimento em algum curso em Coimbra).

## Introdução

Neste artigo, busca-se apresentar que as práticas de reprodução por meio das estratégias educativas têm algo de produção/mudança do presente e que as características das famílias que vão emergir das fontes (mestiçagem, imigração, fortes vínculos afetivos e valores culturais da família fortemente calcadas na educação, ainda que não exclusivamente) vão contribuir para a construção de uma sociedade *sui generis*, esta que foi marcada pela ascensão/distinção de herdeiros ilegítimos, mesmo em sociedades como a que se constituiu em Minas do Ouro ao longo do século XVIII. Também é compreender as estratégias<sup>1</sup> familiares que buscaram tentativas de reprodução familiar por meio das práticas educativas legadas às gerações seguintes. Nesse caso, pode-se dizer que os pais que tiveram acesso a algum tipo de educação mais formal, como o ensino de primeiras letras, fizeram com que seus filhos estudassem o máximo possível, buscando uma distinção social por meio da educação. No entanto, entre os agentes históricos aqui pesquisados, encontram-se pais que investiram muito na educação dos seus filhos, mesmo sendo estes pardos/mestiços e ilegítimos, buscando a manutenção dos privilégios e até a distinção entre seus pares. Por isso, essa tentativa de reprodução tem algo de inovador e comporta algo de produção de uma sociedade *sui generis*. A sociedade mineira, diferente da França do século XX e da sociedade europeia do Antigo Regime, que estava sendo formado por pessoas vindas das mais variadas partes do Império português, consistia em regime demográfico recente e incomum para o mundo luso-brasileiro até aquele momento, fortemente marcado pela imigração.

Sobre esse contexto, convém salientar que as conclusões de Bourdieu valem para a França do século XX. Já a América do período Moderno marcada pela forte imigração em uma sociedade mais aberta o que permite, mais facilmente, a distinção social, o que não significa igualdade de oportunidades, mas sim que algumas estratégias de reprodução que buscam a distinção podem dar acesso a grupos alijados dos processos educativos mais tradicionais, pois significa que vários desses grupos tiveram que formar as mais diversas alianças. Por esse motivo, aqui busca-se apresentar composição e o volume total dos capitais de cada uma das famílias, para compreender como a reconversão de capitais, enquanto estratégia, pode abrir caminhos educativos. Quando se compreende, ainda que de maneira experimental, que passa a ser possível investigar e compreender a composição e o volume total dos capitais de cada uma das famílias e compreender como estas famílias reconverteram seus capitais enquanto mecanismos de uma estratégia intergeracional, torna-se possível vislumbrar novos caminhos de investigações sobre as práticas educacionais tradicionais daquele período, especialmente para os grupos socioculturais tradicionalmente alijados do processos educativos mais formais do período.

Para tanto, neste artigo busca-se apresentar a concretização das estratégias e das estratégias educativas familiares na busca pela distinção social a partir do cruzamento nominativo entre os próprios testamentos com dos testamentos com os inventários *post-mortem*<sup>2</sup>, claro deve estar que este cruzamento ainda está longe do exaustivo, na verdade ele foi feito dentro da medida do possível. No entanto, com esse cruzamento foi possível entender um pouco melhor o compartilhado, o vivido, o efetivado e o conquistado por estas famílias por meio de algumas gerações. Na realidade, só muito raramente foi possível ultrapassar três gerações em uma mesma família. No entanto, é bastante elucidativo compreender melhor como essas estratégias e as estratégias educativas se reverteram em ganhos financeiros, simbólicos e culturais para famílias atra-

<sup>2</sup>O inventário, mais comumente, é uma lista dos bens de uma pessoa falecida com fins à sua sucessão e sua partilha entre os herdeiros. No entanto, existem outros tipos de inventário, em especial, quando uma pessoa torna-se incapaz de administrar seus bens. Nesse último caso, nomeia-se um curador para administrar os bens do indivíduo incapaz de administrá-los. No primeiro caso não existe a figura do curador e, quando muito, nomeia-se um tutor para administrar os bens dos jovens herdeiros que ainda não têm idade para administrar seus bens. Neste último caso o inventário é post-mortem, pois o inventariado já faleceu.

<sup>3</sup>Entre os diversos trabalhos que apontam esta importância pode-se destacar: Bourdieu, In: Amado; Ferreira, (2006, p. 183-191); Fare; Lopes; Costa (2016); Guérios (2011, p. 9-34); Neves, In: Romaneli; Nogueira; Zago (Org.) (2013, p. 278-311); Nogueira, In: Romaneli; Nogueira; Zago. (Org.) (2013, p. 125-154) Ginzburg (2006); Levi, In.: Burke (1992).

vés de seu projeto intergeracional de busca ou manutenção de sua distinção social. A possibilidade de investigar estes casos através de algumas gerações lançam luzes sobre muitos outros aspectos que anteriormente não eram passíveis de análise tendo em vista a abordagem apenas serial. Por isso, a importância de mesclar abordagens seriais/quantitativas com abordagens verticalizadas/qualitativas das fontes.

## **Sociologia e História unindo forças na compreensão das trajetórias formativas de família e suas conexões com a realidade dita estruturada**

Ao longo deste texto busca-se apresentar, tal qual sugerido por Peter Burke (2012), os modos pelos quais foi possível a efetivação e a conquista da distinção social, e como também da depreciação social:

[...] questão importante a ser suscitada sobre a mobilidade social diz respeito a seus modos, isto é, aos vários caminhos para atingir o topo e aos diferentes obstáculos enfrentados por potenciais candidatos à ascensão (é provável que a mobilidade descendente revele menos variações). Se o desejo de subir na vida é uma constante, o modo de ascensão varia de lugar para lugar e muda com o passar do tempo (BURKE, 2012, p.105).

Portanto, torna-se possível perceber que certas estratégias foram bem-sucedidas, mas existem outras tantas que não foram exitosas. Neste artigo busca-se analisar os sentidos e os mecanismos de funcionamento dessas trajetórias, principalmente ascendentes ou de manutenção da distinção social. Considera-se que os estudos de trajetória parecem ter uma grande tradição na Sociologia, na Sociologia de Educação, na História e na História da Educação<sup>3</sup>. Segundo Paulo Guérios (Cf. 2011, p. 10), a história de vida inicialmente era uma metodologia de pesquisa muito em voga entre a década de 1920 e de 1940 por meio da influência da Escola de Chicago. A partir desse período, essa metodologia caiu em desuso até que nos anos de 1970 alguns sociólogos e historiadores buscaram “reavivar esta metodologia” a partir de questões de seu tempo. Quando se observa isso, na realidade não se está falando da metodologia em específico, mas do reavivamento da preocupação com o indivíduo. Nesse sentido, é revelador a passagem de Carlo Ginzburg, em seu prefácio à edição italiana de “*O queijo e os vermes*”:

No momento em que equipes inteiras de estudiosos se lançam a empresas imensas de história quantitativa das ideias ou de história religiosa serial, propor uma investigação capilar sobre um moleiro pode parecer paradoxal ou absurdo, quase como retorno ao tear mecânico numa era de teares automáticos (GINZBURG, 2006, p. 19-20).

No campo da Sociologia e da Sociologia da Educação, em 1986, Pierre Bourdieu passa a criticar a metodologia de História de vida que ele nomeia de uma ilusão biográfica e a aponta a necessidade de se compreender a trajetória de vida desses sujeitos históricos, muito mais que apenas ouvi-los e não perceber a idiosincrasia própria da existência individual. Para Bourdieu:

A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico; inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos. Falar de história de vida é, pelo menos, pressupor - e isso não é pouco - que a vida é uma história e que [...] uma vida é

inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas [...] até mesmo suas emboscadas [...] ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que tem um começo (uma estreia na vida); etapas e um fim, no duplo sentido, do término e de finalidade (“ele fará seu caminho” significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história. Isto é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimento, *Geschichte*, que está implícita numa filosofia da história no sentido de relato histórico, *Historie*, em suma, numa teoria do relato, relato do historiador ou romancista, indiscerníveis sob este aspecto, notadamente biografia ou autobiografia. (BOURDIEU, 1996, p. 183-84).

A crítica de Bourdieu é sintetizada pela passagem clássica de seu texto a Ilusão Biográfica:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 1996, p 189).

A partir dos anos de 1980, vários estudos de trajetória foram empreendidos no exterior e no Brasil e, em geral, esses estudos apontam para o que afirma Maria Alice Nogueira (2010, p. 150) “que as diferentes categorias sociais são desigualmente predispostas a compreender, valorizar e praticar o jogo escolar” e que tal predisposição encontra-se intimamente associada “ao volume do patrimônio cultural possuído”. A partir destas posições teóricas, o debate no campo acabou por polarizar-se entre aqueles que dão crédito preponderante aos discursos narrativos dos sujeitos históricos e aqueles que buscam identificar os elementos estruturais que influenciaram essa trajetória.

Claro que a partir dos anos de 1990 surgiram posições que buscaram uma terceira via evitando a polarização. Sendo assim, é relevante a posição de Passeron, citado por Guéiros (2011, p. 13), parceiro de longa data de Pierre Bourdieu:

[...] a superação, atualmente observável em numerosas pesquisas, das formas mais mecânicas ou mais abstratas de um naturalismo determinista constitui indiscutivelmente um avanço teórico; mas com a condição que se faça melhor do que aquilo que se quer superar, ou seja, que se some [o estudo dos] constrangimentos à interpretação (PASSERON apud GUÉIROS, 2011, p. 13).

Segundo Maria Alice Nogueira (2010, p. 150), a recomendação da produção mais recente do campo aponta que deve:

se atentar para as variações internas a um mesmo grupo social, o que obriga o analista a



se dotar de um instrumental teórico-conceitual mais fino, capaz de detectar as dinâmicas e a diversidade dos modos de funcionamento de cada família segundo a trajetória social dos pais, os acidentes biográficos, as características de cada filho etc. (NOGUEIRA, 2010, p. 150).

Sendo assim, Maria Alice Nogueira (2010, p. 151), salienta que “a esta altura o leitor estará se perguntando se essa não é uma visão idealizada da questão, tudo se passando como se se tratasse de uma lei perfeita e inexorável da transmissão familiar das vantagens e dos privilégios culturais”. Porém, “Não se pode tratar o sucesso escolar nesses meios como uma fatalidade sociológica” (*Ibid.*). Afinal, para a autora (NOGUEIRA, 2010, p. 151), tratar o capital cultural como um bem que se transmite ou uma carga genética que se passa ainda, pode “ocultar o trabalho específico que essa herança requer para ser apropriada. Converter o capital cultural familiar em capital pessoal demanda mobilização e de ambas as partes: da parte dos jovens bem como da parte dos pais”.

A partir desse ponto que se torna relevante às contribuições de Paulo Renato Guérios (2011) ao informar que essa polarização mascara um debate antiquíssimo nas Ciências Sociais, que é a relação entre indivíduos e sociedade, entre a parte e o todo, entre o objetivo e o subjetivo. Que de alguma forma impacta nos critérios de cientificidade das Ciências Sociais. Afinal, por ser ciência, ela estaria mais preocupada com o generalizável, mas, ao mesmo tempo, o que é subjetivo é muito pouco generalizável. Tendo isso em mente, o que se pretende aqui é ir além dessa polarização e buscar compreender como os indivíduos podiam fazer escolhas em sociedades sempre normatizadas, em especial, as sociedades do tipo de Antigo Regime. Claro que essas escolhas traziam algo de padrão, mas em uma realidade tão distinta daquela vivida por eles, em um novo continente que produziu situações completamente distinta e muito específicas daquele momento e lugar. Nesse sentido, e compreendendo o que propõem Guérios (2011), fica evidente que existe outro caminho a seguir:

[...] se colocarmos como nosso objetivo não a busca de uma maior cientificidade, mas sim a re colocação das questões de pesquisa em outros termos, possibilitando um tratamento dos dados de campo que não sofra com as limitações impostas por uma construção dilemática das questões, percebemos que, justamente por colocar-se à cavaleira em relação à dualidade indivíduo-sociedade, o método de histórias de vida pode oferecer, se levado a cabo com consistência, um bom locus de trabalho em prol desta tarefa. Ao tomar por foco de estudo a trajetória de uma pessoa nos ambientes sociais de que participa, ao oferecer a oportunidade de questionar como cada sujeito vive ligado a redes de interdependência (Elias, 1994) que se estendem além de seu pertencimento social imediato, estes estudos deparam-se frontalmente com a questão da relação entre o individual e o social, entre o pequeno e o grande, entre a parte e o todo. E foi nesta área de trabalho que algumas indicações de caminhos para a superação deste dilema surgiram, em algumas monografias e textos teóricos [...] (GUÉRIOS, 2011, p. 13).

Neste sentido, como proposto por Guérios (2011), faz-se necessário um estudo de trajetória que leve em conta os jogos de escalas como proposto por uma série de pesquisadores da Micro-história (GINZBURG, 2006; LEVI in: BURKE, 1992).

De fato, em vários estudos de trajetórias, esta ligação é traçada através de uma remissão

abstrata do ator social ao meio em que ele se insere. O pressuposto subjacente a estes estudos, dificilmente explicitado como tal, é de que o pertencimento a um dado grupo implica inevitavelmente em inflexões unívocas nas trajetórias de todos os seus membros. Ocorrem aí duas ordens de problemas: por um lado, é em geral o analista quem arbitra quais eventos ou características dos ambientes sociais enfocados são relevantes para análise; em segundo lugar, pressupõe-se que todo o grupo foi submetido de modo homogêneo a estes eventos ou características especificados pelo analista. Já os estudos subjetivistas de histórias de vida privilegiam a observação exclusiva dos discursos de um dado indivíduo, desconsiderando a regulação operada sobre ele pelos meios sociais a que está ligado. Neste item, buscaremos demonstrar que propostas analíticas que levam em consideração as implicações das diferenças de escalas (micro e macro) na produção de legibilidade sobre os fenômenos sociais possibilitam neutralizar os efeitos das limitações impostas por estes dois tipos de démarche no estudo de trajetórias de vida. (GUÉRIOS, 2011, p. 14).

Tendo em vista as implicações das análises muito estruturalistas sobre as trajetórias de vida, qual o caminho a seguir? Segundo o autor, a micro-história vai apresentar metodologias (jogos de escala, e ênfase no que é observado pelo indivíduo ou que o influencia) que permitirão transpor os obstáculos anteriormente apresentados. A redução de escala permite observar fatores e fenômenos anteriormente não observados, mas que influenciam aquela realidade.

Dessa maneira, as abordagens se complementam, pois a microanálise permite observar aspectos inobserváveis em uma análise macro. Afinal, seriam desnecessárias uma microanálise que só confirmasse uma macroanálise. Na realidade, as abordagens se complementam, uma não sendo a redundância da outra, mas sim apresentando aspectos que a outra não permite observar: Deste modo, o pesquisador não deve optar entre uma versão macro ou micro da análise de um dado processo social. O que a micro-história coloca em destaque é o fato de que a análise microsocial é esclarecedora porque é a mais complexa, ou seja, porque leva em consideração a complexidade das escolhas dos atores permitindo, ao mesmo tempo, distinguir os diferentes níveis de contextos pertinentes para a análise. (GUÉRIOS, 2011, p. 16).

A vinculação entre histórias de vida ou estudo de trajetória e a micro-história permite observar as vinculações entre o micro e o macro sendo, altamente rendosa para o estudo das mediações entre processos coletivos e percursos individuais, permitindo, ao mesmo tempo, compreender as dinâmicas de funcionamento de diferentes agrupamentos sociais e das relações estabelecidas entre eles, ou mesmo apresentando outras implicações dessas relações. (Cf. GUÉRIOS, 2011, p. 24-5). Não que o objetivo aqui seja estabelecer uma análise micro-histórica, mas se torna relevante às questões apresentadas por Guérios (2011), pois trazem implicações para esta pesquisa aqui. Não faz sentido apresentar uma série de estudos de casos que apenas confirmam mecanicamente a teoria geral ou que representem ilhas de coerência e planejamento em uma realidade que tem muito mais de contingencial.

Traçadas essas considerações, deve-se ter em vista a abordagem de corte microsocial, uma vez que contribui para uma análise que busca compreender os fenômenos aqui propostos em três dimensões: o compartilhado, o vivido e o efetivado ou conquistado. A análise busca dividir aquela realidade da história em três dimensões, pois permite melhor compreender o papel das famílias na educação das futuras gerações a partir das fontes aqui trabalhadas: os testamentos e os inventários *post-mortem*. Essa análise

busca, por um lado, responder uma crítica, por vezes rasa, muito comum ao uso dessas fontes. Muitas vezes os testamentos são tidos apenas como cartas de boas intenções e que pouco dizem sobre a realidade daquela sociedade, ou que o testador estava muito mais preocupado com a salvação de sua alma e, por isso, deixava uma série de legados que significavam um arrependimento de última hora e escondiam o verdadeiro sujeito histórico, ganancioso e egoísta. Apresentar essa crítica é desconhecer aquela sociedade e o sentido daquela fonte naquela época. Em geral, o testador realmente acreditava naquilo, e mentir no testamento implicava em comprometer a sua própria salvação.

De outro lado, dividir a análise daquela realidade permite entender a tentativa de reprodução da família através do tempo. Nesse sentido, quando se apresenta o compartilhado analisam-se os legados simbólicos transmitidos de geração em geração pela família. Sendo assim, patentes militares, títulos acadêmicos ou de ordens militares que se repetem ao longo das gerações indicam um trabalho árduo por parte da família de se reproduzir socialmente e transmitir sua herança ou patrimônio não só econômico como social (distinção social) e cultural (estudos e cultura) no sentido bourdieusiano desses fenômenos. Claro, deve estar que o objetivo não é exatamente dar uma extensão indevida aos fenômenos aqui estudados. Em verdade a busca por reprodução social é comum a todos os grupos de todas as sociedades, mas para os objetivos deste trabalho busca-se compreender a reprodução social das famílias de um grupo social específico: o dos testadores.

O cruzamento nominativo permite observar a consistência com que uma determinada prática é empreendida pela sociedade ou grupo social pertencente a essa sociedade. Isto é, permite vislumbrar se uma determinada prática é apenas uma carta de boas intenções e que pouco tinha a ver com realidade da época, ou se aquilo é um valor compartilhado pelos sujeitos históricos que se comprometem a executar as últimas vontades do testador a ponto de verdadeiramente as efetivarem. Isto é, muitas vezes os testamentos e inventários *post-mortem* registram não apenas legados que devem ser efetivados apenas no futuro, mas também aquilo que já foi efetivado em vida do testador/inventariado. Sendo assim, não é difícil encontrar herdeiros que já estão sendo preparados para assumir simbolicamente o papel social deixado vazio pelo defunto, ou herdeiros que já estudaram ou estão estudando para assumir um posto desejado pela família que busca sua distinção social e vários outros casos são encontrados na documentação. Após essa discussão, a seção seguinte apresenta a análise de uma série de ações e estratégias de algumas famílias aqui pesquisadas na busca por sua distinção social.

## O Compartilhado

Quanto maior o número de gerações sob exame, menor é o detalhamento que se tem sobre as estratégias e as estratégias educativas para a busca e manutenção da distinção social. Nesse caso, só é possível perceber os resultados traduzidos em números de escravos, a posse e ostentação de títulos de distinção como títulos acadêmicos, patentes militares ou pronomes de tratamento como senhor ou dona. Exemplo disso está registrado nos testamentos de Dona Bernarda de Vas<sup>4</sup> e no testamento conjunto de seu filho Doutor Manoel Manço da Costa Reys<sup>5</sup>, com sua nora e esposa do Doutor Manoel Manço, Dona Clara Maria de Castro. Ao longo de quatro gerações observarem-se os títulos acadêmicos, pronomes de tratamento e patentes militares e de ordens militares se repetem permitindo entrever estratégias educativas e de distinção social, que são reproduzidos no seio familiar por muitas gerações. No testamento de Dona Bernarda da Vas, está registrado que ela é “natural da cidade de Lisboa filha legítima do Doutor

<sup>4</sup>CECO/ACCOP. Livro de óbitos, óbitos e testamentos (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de D. Bernarda de Vas. Vila Rica. 01 jan. 1741. Aqui, antes de prosseguir, gostaria de agradecer Denise Duarte por me franquear o acesso à transcrição deste documento, que, por coincidência, fiquei sabendo que trabalhava com esta testadora quando tive acesso a um trabalho seu: DUARTE, In: CAMPOS, (Org.). 2012.

<sup>5</sup>IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – volume 0001 – Testamento de Doutor Manoel Manço da Costa Reys e de sua mulher Dona Clara Maria de Castro 15/06/1775.

Manoel [Manso Preto] e de sua mulher Dona Antônia de Vasconcelos (defuntos) e que era casada com o Doutor Manoel da Costa Reys e de seu matrimônio tinha gerado filhos, a saber: Manoel Manso da Costa Reys, Dona Francisca Xavier de Vasconcelos e Cunha, Felipe Theodoro”. É importante registrar que sendo filha de um Doutor e casada com um outro doutor, indica uma forte tradição acadêmica dessa família e não gratuitamente Manoel Manso da Costa Reys que no testamento de sua mãe não tem nenhum título de distinção em seu testamento, mais de 30 anos depois, fica registrado que havia se tornando doutor. Em geral, doutor significa aquele homem formado em cânones ou direito canônico que defendeu tese de doutoramento no quinto ano na universidade, geralmente Coimbra ou Évora no mundo luso-brasileiro.

Além disso, em seu testamento, Manoel Manso da Costa Reys informa que sua mãe é natural de Lisboa e seu pai da Bahia e ele mesmo natural de Vila Rica. Também ainda informa que é casado com Dona Clara Maria de Castro natural de Mariana e é filha do Capitão Antônio Alves de Castro natural de Lisboa e de sua mulher Dona Joana Baptista de Negreiros, natural da Bahia. De seu casamento teve três filhos, a saber: Dona Joanna, Dona Maria, e Valeriano. No final do testamento do Doutor Manoel Manço e de sua esposa é informado que acabaram de casar suas filhas Dona Joana e Dona Maria, respectivamente, com o Tenente dos Dragões Jose Luis e com o sargento mor Pedro Afonço. No entanto, o mais impressionante nessa família não é a sucessão de títulos, pronomes de tratamento e patentes militares ou de ordens militares que se repetem, é o que está registrado no fim do testamento, confirmando a forte tradição acadêmica/educacional dessa família: doutor Manoel Manso da Costa Reis que é “advogado nos auditórios” da vila informa que havia feito ele mesmo seu testamento em conjunto com o de sua esposa, e que ambos haviam assinado o documento. O impressionante não é tanto ele ser advogado e escrever o próprio testamento, mas sim a sua mulher assinar junto com ele esse documento. Isso tudo parece indicar um caminho escolar, acadêmico e profissional que poderia estar sendo construído para seu filho Valeriano, para o qual não foi possível encontrar mais informações, mas tendo em vista a tradição dessa família certamente esse projeto passará em algum momento pelo aprendizado das primeiras letras e podendo ir até a formação em Coimbra ou, se isso não for possível, pelo menos uma carreira militar ou na igreja, em geral carreiras muito vinculadas ao domínio do escrito.

Parece que o compartilhado por essa família não se dava apenas em relação às trajetórias acadêmicas ou profissionais, mas também uma forte tradição devocional, sendo assim, consideram-se bastante elucidativos as exéquias e os legados pios registrados por D. Bernarda Vas em seu testamento:

Declarou que seu corpo fosse amortalhado no hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo e sepultada na Matriz de junto ao altar de Nossa Senhora Sant’Anna e que acompanhassem a sepultura os sacerdotes que se achassem nesta freguesia e que todos dissessem por sua alma missa de corpo presente quais se daria a esmola costumada e que se não pudessem dizer no mesmo dia no dia seguinte e se declarou que se lhe fizessem um ofício de corpo presente com todos os mesmos sacerdotes da sua freguesia e que com eles se observaria o mesmo e daria duas oitavas a respeito da esmola e que se lhes daria [...] vela de meia libra. Declarou que seus testamenteiros o lhe mandassem dizer trinta missas pela minha digo pela sua alma na sua freguesia de esmola de meia oitava [...] e na cidade de Lisboa oitenta missas de esmola de 120 réis declarou que [...] se [repartirão] dez oitavas de ouro pelos pobres que [...] e se daria a cada um deles meia oitava com [declaração] que acompanharam seu corpo a sepultura. Declarou que se lhe mandasse dizer seu testamen-



teiro seis missas pelas almas com [esmola de mesmo] [...] de meia oitava de ouro. Declarou que se lhe mandasse dizer [...] três missas a Senhora Sant'Anna também a esmola ordinária. Declarou que acompanhassem seu corpo as Irmandades que meu marido quiser que deixava no seu [...] com tanto que seu corpo fosse levado a sepultura em caixão e não se continha mais nada no dito testamento. (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de D. Bernarda de Vas. Vila Rica. 01 jan.1741).

No testamento do Doutor Manoel Manço e de sua mulher Dona Clara, ficam registradas as exéquias e alguns legados pios como pode ser visto no trecho reproduzido a seguir:

Nossos corpos serão envoltos em nossos hábitos de terceiros do Carmo e depositados sem pompa na capela da nossa universal ordem em o nosso esquife ao nosso hábito e no dia seguinte fará o nosso reverendo pároco com os sacerdotes que se acharem nesta vila um ofício podendo ser na mesma capela a onde queremos ser sepultados e se dará a cada sacerdote a esmola de duas oitavas e nelas entrará a missa que acima deixamos há de dizer nesse dia assim mais uma vela de libra e quando senão possa fazer o dito ofício nos fará o nosso reverendo pároco a sua recomendação e também o nosso reverendo comissário e a tudo assistiram as nossas irmandades e os sacerdotes que nos quiserem fazer esta merce e se lhe dará a cada um destes a vela de libra e parte das ditas missas corre qualidade e fica a eleição do nosso e seculares o depósito de Nossos Ó portanto algum o queira dar lhes por secularmente e assim se praticará sendo o nosso falecimento em outra parte digo em outra qualquer parte proporcionando se o referido como melhor podem e como dar se sem detrimento grave do nosso testamenteiro ou ordeiras// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – volume 0001 – Testamento de Doutor Manoel Manço da Costa Reys e de sua mulher Dona Clara Maria de Castro 15/06/1775).

O culto a Santana, avó de Jesus Cristo e, entre outras coisas, santa relacionada à educação registrada no testamento de Dona Bernarda Vas parece dizer muito dessa família, que afinal dedicou muito de seu capital simbólico e econômico na aquisição de símbolos de distinção cultural e educacional. Além disso, em que pese a falta de informações sobre a posse de escravos e outros indicadores relacionados ao patrimônio acumulado (monte mor, bens de raiz ou outros similares) dessa família é possível perceber que se tratava de uma família bem importante. O doutor Manoel Manço era irmão terceiro da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, mas mesmo assim pediram um funeral sem pompa como está registrado no trecho reproduzido anteriormente. Claro que essa demonstração de humildade está relacionada à mentalidade do período na vila. Tendo em vista esse pedido, com respeito e cuidado na efetivação das últimas vontades dos testadores, faz crer que era um pedido muito bem avaliado que realmente era buscado pela família.

## O Vivido

A partir do cruzamento nominativo entre testamentos e inventários foi possível mapear as relações estabelecidas entre os sujeitos históricos do período, tendo em vista a distinção por meio do aprendizado da leitura ou da escrita e a ocupação de postos de destaque no

<sup>6</sup>APMCMS-190 150-151- Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747

aparato estatal do período. Bento Pereira de Faria Marinho foi um dos escrivães mais ativos na vila de Sabará ao longo da primeira metade do século XVIII. Como uma primeira apresentação dessa metodologia, cabe aqui à exploração do testamento de Bento Pereira de Faria Marinho, o escrevente mais solicitado, até agora identificado, na vila de Sabará. Entre os pouco mais de 200 testamentos pesquisados para região, ele aparece 11 vezes como o responsável pela feitura de testamentos ao longo do século XVIII. Isto parece indicar sua perícia e destaque em redigir esses documentos. Em 1747, Bento Pereira estava doente e acabou por falecer, deixando um testamento que ele mesmo redigiu. Nesse curto testamento de apenas duas páginas Bento Pereira não deixou muito clara sua trajetória de vida ou formativa. No entanto, é possível identificar várias informações sobre sua vida que tem implicações para a pesquisa aqui projetada.

A partir da leitura de seu testamento foi possível saber que Bento Faria<sup>6</sup> era natural da “Freguesia de São Pedro de Barreiros Couto de Rendife Comarca de Vianna Arcebispado de Braga”. Isto é, natural da província do Minho, norte de Portugal. Ele era filho legítimo de “Gabriel Pereira de Faria, e de Dona Anna Maria da Silva Faria”. Estes moradores em sua própria quinta de “Agnolongo”, na qual havia a Capela de Nossa Senhora das Angústias onde foi efetivamente batizado nosso testador. O que parece indicar que essa capela era colada à Freguesia de São Pedro de Barreiros Couto de Rendife. É importante informar que para o período, quinta significava em Portugal: uma propriedade rural, propriedade rústica ou casa de campo, normalmente com casa de habitação. Ela pode ser cercada ou não de árvores, com terra de semeadura ou cultura. O sinônimo de quinta no Brasil pode ser fazenda. Portanto, trata-se de uma família de proprietários de terra do norte de Portugal. Tendo em vista o perfil do personagem aqui pesquisado, um dos escrivães mais atuantes na vila de Sabará, é desnecessário dizer que são pessoas bem “alfabetizadas” e que lidavam cotidianamente com a escrita o que é evidente quando Bento Faria informa que “fiz este [seu testamento] por minha letra e sinal hoje Vila Real do Sabará”. Ou ainda quando informa que,

meus bens, e dívidas constam do meu Livro numerado e rubricado por mim, com a rubrica que diz Marinho como assentei-me no princípio, e outro fim ambos escritos e assinados por minha própria mão, e pelos seus assentos se governarão e meus testamenteiros aos quais quero se dê inteiro crédito como se aqui fossem escritos em verbos do testamento, que hei por expressas e declarados neste para se lhe dar inteiro cumprimento. (APMCMS-190 150-151-Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747).

O que é possível aventar com estas passagens e com o que é indicado pela bibliografia, principalmente Donald Ramos (2008) é que famílias camponesas no norte de Portugal ou pequenas proprietárias de terras perceberam a possibilidade de obter distinção social por meio do ensino de primeiras letras, e até de algumas cadeiras daquilo que era considerado à época o ensino secundário como forma de garantir melhores posições para as gerações seguintes. A descoberta do ouro em Minas, no fim do século XVII, abriu espaços significativos para a obtenção da distinção social inserindo-se no aparato estatal criado para administrar, fiscalizar e controlar essa região. Porém, aprender ler e escrever ou um pouco mais que isso, parece não ter sido o suficiente para garantir essas posições de destaque. Neste sentido, é interessante buscar entender outras estratégias empregadas por Bento Faria<sup>7</sup> na busca por sua distinção social, em especial a reconversão de capital cultura em capital social, simbólico ou econômico.

Neste sentido é importante identificar quem o testador nomeou como seus tes-

<sup>6</sup>APMCMS-190 150-151- Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747.

<sup>8</sup>Ainda não é possível identificar realmente se Bento Pereira de Faria Marinho era realmente um escrivão ou apenas um escrevente de vivia de escrever seus testamentos. Esta ainda é uma discussão por ser feita.

<sup>9</sup>APMCMS-190 150-151- Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747

tamenteiros “Reverendo Doutor Lourenço Joze de Queiros Coimbra, André Moreira de Carvalho, Domingos Coelho da Silva e Antonio Alves Coelho meus Senhores, todos moradores nessa Vila e sua Comarca”. Isto parece indicar que Bento Faria estava em uma posição subalterna à dos seus testamenteiros, afinal estes são “seus senhores”. Sua posição social ou “socioprofissional” fica mais evidente quando informa que na falta de Reverendo Doutor Lourenço Joze de Queiros Coimbra “que me deu nobre cargo servir, queiram ser meus testamenteiros”. Isto é, a conquista do cargo como escrivão ou escrevente<sup>8</sup> e a possibilidade de fazer testamentos por Bento Faria parece estar relacionada com a ótima relação que o testador tinha com o Reverendo Doutor Lourenço José. Essa posição de dependência, de subordinação, de troca de favores/mercês fica clara quando o testador nomeia Lourenço José como seu universal herdeiro.

em atenção a sua ilustre qualidade, e em mostras de agradecido ao muito bem que me tem feito, espero me faça pela minha alma dignas de se aceitar, e também nada mostra da grande vontade que tenho de não ser ingrato a seus favores de quem fez cumprir certas disposições que em carta fechada lhe declaro, que ele somente verá, e não outra alguma pessoa por matéria que quero fique em segredo, e para cumprimentos tirará de todos os meus bens antes de dívidas o que julgar necessário para satisfação de que ordeno que somente como sim o declarar com Certidão da quantia que tirou para as minhas disposições particulares dela se não faça menção para partilhas de meus bens (APMCMS-190 150-151 Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747).

Claro que isto só é possível, pois Bento Faria<sup>9</sup> informa em seu testamento ser solteiro e não ter “herdeiros forçados ascendentes nem descendentes”. Portanto, o testador nesse caso, poderia fazer o que bem entendesse com seus bens. A partir do trecho reproduzido anteriormente, é possível ver que a relação de dependência e de troca de favores é uma via de mão dupla. Neste sentido, não existiam somente os benefícios que Bento Faria oferece a Lourenço José na intenção de “não ser ingrato”. Este também fez uma série de favores para Bento Faria como fica evidente nas passagens em que Bento Faria menciona os favores que Lourenço José fez cumprir por carta fechada e, que, por isso, deveria ficar em segredo.

Para compreender melhor essa situação, é necessário investigar as diversas posições ocupadas pelo “Reverendo Doutor Lourenço Joze de Queiros Coimbra”<sup>10</sup> no espaço social do termo da vila de Sabará e mesmo na capitania. Em que pese a impossibilidade até o momento de encontrar o testamento do Reverendo Doutor Lourenço José, a partir de pesquisas anteriores nos testamentos da vila de Sabará é possível encontrar referências diversas aos cargos ocupados, às ações estabelecidas, aos sentidos dados às ações e às relações estabelecidas com Lourenço José de Queiros Coimbra. Ao longo do período estudado, foram encontradas muitíssimas referências sobre esse sujeito histórico nos testamentos registrado no termo da vila de Sabará. A partir dos dados encontrados sabe-se que esteve atuante em Minas pelos menos entre 1723 até 1777<sup>11</sup>. Este período é o que se pode identificar sua clara atuação: estabelecendo ou desfazendo-se de sociedades, pagando e recebendo por serviços e mercês. Deixando mais claro este são testamentos em que se encontra Lourenço José como credor ou devedor, como sócio ou coisas do tipo e não em que assina o documento por força de seu ofí-

<sup>10</sup> APMCMS-190 150-151- Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747

<sup>11</sup> Só até o que foi pesquisado no momento é possível encontrar referência ao Doutor Lourenço José de Queiros Coimbra nos seguintes testamentos IBRAM/MO-CBG/CPO-LT (02)06, fl. 86v-91v Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima – Sabará, 12/jul./1735, IBRAM/MO-CBG – LT (CPO) 02(6)fl. 80v. - 83. - Testamento de Manoel Madureira Pinto – 25/Ago./1723, IBRAM/MO-CBG- LT (CPO) (02) 06, f. 70v-76v - Testamento de Raphael Monteiro Heyris – 04/09/1733, IBRAM/MO-CBG/CPO-LT (02) 06, f. 91v-97v Testamento de Gracia Maria da Luz pretta forra - 19/12/1738, APMCMS-190 157v-158v. Testamento do Desembargador Diogo Cotrim de Souza 1777, APM/CMS-190 Fl. 99v-100v. Testamento de Francisco Gomês Monteiro 10/07/1763, CMS-190, Fls. 182v.-185v. Lourenço Pires de Moura 12/09/1768, APMCMS-190 Fls. 92v.-94v. Manoel de Moraes Cabral 08/03/1762, APMCMS-190, Fls. 166 e 167v. Joanna da Costa Maya (preta forra) 30/04/1767, APM/CMS-190. Fls. 43v -44v. Testamento de João Borges de Madureira 19/12/1757, APMCMS-190 150-151 Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747.

cio como vigário da vara dos ausentes. Sabe-se pelo sermão do cônego Luis Viera da Silva, trabalhado por Herinaldo Alves (2009), que o falecimento de Lourenço José ocorreu em 1784. Portanto, fala-se de sujeito histórico que tinha mais de 50 anos de atuação em Minas recebendo e distribuindo mercês. Homem chave para a compreensão de como ocorriam às reconversões de capitais na busca por distinção nesse espaço social.

Nesses documentos, é possível observar o Doutor Lourenço José de Queiros Coimbra inicialmente ocupando o cargo de vigário da vara, da matriz e juiz dos resíduos. Posteriormente é possível observar Lourenço José recebendo como procurador os pagamentos pela venda de uma casa que Francisco Gomes Monteiro fez a Conrado Caldeira Brant. Além disso, é possível observar o recebimento e o pagamento de diversos favores/mercês que certamente o Reverendo Doutor distribuía pela capitania. Por fim, no último registro que se tem até o momento sobre atuação de Lourenço José, é possível identificá-lo no estabelecimento e no fim de uma sociedade que tem terras e águas minerais com o desembargador Diogo Cotrim de Souza.

Não cabe aqui fazer uma análise aprofundada das obras e dos feitos do Doutor Lourenço José Queirós Coimbra. No entanto, a partir do sermão de Vieira como apresentado por Herinaldo Alves (2009), é possível tirar algumas informações relevantes para o caso aqui analisado, e que podem servir de lição para a pesquisa planejada, segundo apontado por Herinaldo Alves (2009).

Este padre foi nomeado pelo primeiro bispo de Mariana para tomar posse da diocese em seu nome. Assim com Dom Frei Manoel da Cruz ainda em viagem pelos sertões, foi o padre Lourenço que em 28 de fevereiro de 1748 efetivou oficialmente a fundação do Bispado, criado por *motu* próprio de Bento XIV em mil setecentos e quarenta e cinco. Padre Lourenço foi o primeiro Vigário Geral como também o encarregado de organizar a posse do primeiro Bispo deste novo bispado (ALVES, 2009, p. 3).

Portanto, Doutor Lourenço José foi efetivamente o primeiro bispo de Mariana, pois o bispo Dom Frei Manoel da Cruz ainda estava no Maranhão e não tinha condições de tomar posse pessoalmente. Na verdade, segundo Herinaldo Alves (2009, p. 3) citando Mons. Flávio Rodrigues Carneiro Rodrigues em uma nota de rodapé informa que o cargo de Lourenço José era de Vigário Geral que era um “substituto do bispo (episcopi umbra – sombra do bispo) no governo de uma diocese. Preside a cúria, onde despacha com poderes delegados pelo bispo”.

De acordo com Herinaldo Alves (2009, p. 5), o Frei Manoel da Cruz enviou cartas pedindo indicações de religiosos atuantes em Minas que tivessem um perfil compatível ao de Vigário Geral e, para isto, apontou o perfil ideal; “sujeitos de virtudes e Letras para o bem das almas [...]a que todos estes requisitos e merecimentos concorrem na pessoa do reverendo doutor Lourenço José de Queirós, vigário colado da Matriz da Vila Real de Sabará”. Mais à frente, Herinaldo Alves (2009), aponta que

O “tipo” legislador criado por Vieira através da figura de Moisés não diz respeito exclusivamente à criação de leis, mas sim ao governo de um povo, na aplicação das leis e da justiça. Demonstra o orador, que o tipo de governo praticado pelo doutor Lourenço na Diocese como também na sua igreja paroquial, em Sabará, teve como objetivo principal edificar o povo bem mais do que condenar (ALVES, 2009, p.6).

Ao associar a figura do Bom pastor ao doutor Lourenço José Vieira, citado por meio de Herinaldo



Alves (2009), aponta que:

O doutor Lourenço seria ilustre, antes de tudo, por ser virtuoso, de maneira heroica. Para isso, baseia-se, segundo o cônego Vieira, nas virtudes cristãs por ele elencadas em seu sermão: não possuía vaidade, mesmo tendo em sua família títulos honoríficos; era prudente e regeu o povo com bons conselhos, mantendo essa conduta na velhice; era caridoso e possuía equidade; sofrera injúrias sem buscar vingança; possuía zelo nas funções sagradas. Assim Vieira qualifica o padre Lourenço como pastor afável, manso, pacífico, médico do espírito, amigo que compartilha as aflições; pastor, pai, protetor dos desvalidos; sofreu com resignação o processo de uma rigorosa e lenta enfermidade.

Vieira, ao elencar essas virtudes, vai associando a elas a vida do doutor Lourenço. Após o período de estudos em Coimbra, renunciou a um cargo oferecido pelo Arcebispo de Braga, deixando-o para seu irmão mais velho. Vem para o Brasil por volta de 1734, onde Dom Frei Antônio de Guadalupe o nomeia vigário de Sabará. Quando da posse do primeiro bispo de Mariana, o doutor Lourenço enfrenta embates com o bispo do Rio de Janeiro. Todavia, mesmo sendo acusado de abuso no uso de sua autoridade, teria sofrido estas injúrias sem buscar nenhum tipo de vingança. Assemelhar-se-ia, desta forma, ao bom pastor, Jesus Cristo. Conforme narra o texto bíblico: “quando injuriado, não retribuía as injúrias; atormentado, não ameaçava; antes, colocava a sua causa nas mãos daquele que julga com justiça”.

Ainda segundo o cônego Vieira, o Padre Lourenço não se importava com os títulos acadêmicos, nem com os da sua família, a despeito de ser descendente da nobilíssima casa dos “Queirozes”, da família dos Queirós de Amarante, por sua vez ligada ao rei Dom Afonso qualifica-o então como um homem sem vaidades, e por isso aplicado ao “tipo” de virtuoso (ALVES, 2009, p. 6-7).

Em que pese a tentativa de construção da memória de um homem bondoso, um modelo religioso as passagens anteriores indicam uma trajetória formativa, educativa e relacional que certamente estava vinculada à sua ascendência nobiliárquica. Esse era um homem de conexões ultramarinas e que para tanto estabelecia conexões com os de cima e de baixo de seu estrato social. Talvez por isso tinha relações tão estreita com Bento Pereira de Faria Marinho.

A partir da leitura de alguns testamentos e inventários *post-mortem* é possível contabilizar os gastos, algumas vezes significativos dos tutores, muitas vezes seus parentes, com seus tutelados na busca por educação, instrução, sustento, busca de um casamento bom para as órfãs e busca de uma posição de destaque para os órfãos. Neste sentido, Ignacio Pereira da Silva informa em seu testamento, registrado em Sabará, no ano de 1748, que é “casado com Luiza Maria filha natural do defunto Manoel Moreyra dos Santos e de Anna Moreyra preta forra de quem tenho duas filhas, uma por nome Narciza outra por nome Maria. Declaro que ao fazer deste se acha minha mulher pejada”<sup>12</sup> Já em seu inventário<sup>13</sup> é informado que o padraсто das meninas, e que Ignacio Pereira da Silva havia nomeado como seu primeiro testamenteiro o Senhor Bartholomeu Gonçalves do Valle que tem feito gastos para que elas aprendessem a costurar.

## O Efetivado e o Conquistado

<sup>12</sup>APM/CMS-020. Fls. 09- 12 Testamento de Ignacio Pereira da Silva 10/06/1748.

<sup>13</sup>CSO-I (11) 120 – Inventário de Ignacio Pereira da Silva.

<sup>14</sup>APM/CMS-200, Fls. 112v-114. Codicilo de Antonio [ou Custódio] Pereira da Rocha 14/04/1778.

<sup>15</sup>CPO (07)78 - Inventário de Antonio Pereira da Rocha 1778

Outro caso muito interessante para o tema aqui pesquisado está registrado no testamento<sup>14</sup> e inventário<sup>15</sup> de Antônio Pereira da Rocha. Em seu testamento declara ser:

natural da Vila de Guimaraens do Arcebispado de Braga, filho Legítimo de Antonio Francisco, e Luiza da Rocha, esta já falecida. Declaro que nunca fui casado, e instituo por meus Universais herdeiros a Joaquim Pereira da Rocha que se acha em meu poder, e a outra Irmã por nome Francisca que por sobrenome perca ambos menores, e brancos filhos de Thomazia Francisca assistente hoje na cidade do Rio de Janeiro, e consigo tem outra minha herdeira Francisca declarada por ser aqui me declarar serem meus filhos, e pelo assim conhecer, e não encarregar a minha consciência por tais os declaro. (APM/CMS-200, Fls. 112v-114. Codicilo de Antonio [ou Custódio] Pereira da Rocha 14/04/1778.)

Portanto, mais uma vez constata-se que um português teve uma relação consensual com uma mulher. No entanto, dessa vez não é possível identificar que Thomazia Francisca era portuguesa ou “brasileira”, mas certamente é possível identificá-la como branca, pois seus filhos, Joaquim e Francisca, são também brancos ainda que naturais. Em que pese a situação de separação do casal, talvez como efeito de uma punição proporcionada por uma visitação eclesiástica do bispado de Mariana, Antônio Pereira da Rocha não deixou de assumir suas responsabilidades para com os filhos e tomou providências para que no futuro não passassem dificuldades, e no caso de Joaquim, que ficou com ele, que este estudasse e até que aprendesse um ofício, mas que pouco significava, pois acabou por assumir funções públicas, provavelmente devido aos estudos, como se verá nos trechos do testamento e inventários reproduzidos a seguir.

A preocupação não se dirige apenas aos filhos, mas também a jovens, talvez seus parentes: sobrinhos ou afilhados. Parece ficar claro que estes próximos “herdeiros” não eram seus filhos, pois o testador não os assume como tal e isso seria improvável já que acabava de assumir outros filhos ilegítimo. Portanto, considero ser improvável assumir alguns filhos naturais e outros não. É mais provável que estes jovens fossem filhos de um amigo ou parente e que por isso estavam recebendo doações, pois a intenção era garantir ou contribuir para que estes jovens tivessem um futuro distinto.

Todos os meus bens que se acharem ao meu falecimento foram adquiridos, e não herdados, por isso tudo quanto possuo adquirir por minha indústria neste Continente de Minas e por isso disponho da terça parte na forma seguinte: Deixo a dois filhos de Thereza de Jezus de Oliveira ainda parda, filha de Catharina de Oliveira moradora em Vila os quais filhos um e macho que conserva em seu poder, que terá de idade pouco mais ou menos quatorze anos; a outra e fêmea que se assiste no Arrayal de São Caetano em casa de uma viúva que por nomes não provendo a cada hum cem mil reis (APM/CMS-200, Fls. 112v-114. Codicilo de Antonio [ou Custódio] Pereira da Rocha 14/04/1778).

É bastante relevante que Antônio Pereira da Rocha mantivesse contato cotidiano com a escrita que deixou registrada em seu testamento, quando informa que mantém livros, róis e borradores com o registro de suas dívidas e o que lhe devem. Além de ter assinado seu testamento, ele o fez “do meu próprio punho, e mão”. Em seu inventário, mais uma vez constata-se a im-

<sup>14</sup>APM/CMS-200, Fls. 115-116v. Testamento de Jozé da Silva Pessoa 28/08/1778.

<sup>15</sup>CSO-I (48) 362) – Inventário de Jozé da Silva Pessoa -1779-1785.

portância dada aos estudos pelas famílias da época, quando registra na folha 348 a solicitação de estudos para Joaquim para comprar de livros para se ordenar nas funções públicas. Além disso, no verso da folha 348, suplica dinheiro para a continuidade dos estudos de gramática latina, nos quais Joaquim tem tido bom aproveitamento. Mais adiante na folha 352, o Padre Mestre Roberto Luis Moreira busca receber seus ordenados devido ao ensino de gramática latina a Joaquim. Na folha 362, já pelos idos da década de 1780, o órfão fica impossibilitado de continuar os estudos por falta de vestuário. Talvez por isso Joaquim tenha aprendido o ofício de alfaiate. No entanto, o exercício de um ofício pode ter sido relegado e nunca ter se efetivado ou se efetivou apenas por algum tempo, pois posteriormente Joaquim aparece pedindo uma declaração de bom comportamento para exercer a posição de militar dos dragões, quando estava com a idade de aproximadamente 26 anos. Talvez por dificuldades financeiras Joaquim pudesse ter avançado nos estudos, nos quais estava tendo bom aproveitamento. No entanto, o estudo de primeiras letras e até de gramática latina permitiu a busca por uma posição profissional de destaque no Estado. Afinal, ser soldado ou possuir outra patente nos dragões indicava uma distinção social para aquela família e para sua descendência.

Outro exemplo de família que buscou a distinção por meio da carreira militar está registrado no testamento<sup>16</sup> e inventário<sup>17</sup> de José da Silva Pessoa. Em seu testamento informa que é,

natural da Vila de Pombal do Bispado de Coimbra, filho legítimo de Luis João, e de sua mulher Maria de Souza, já falecidos; e declaro que sou casado com Joanna de Almeida Costa, de cujo matrimônio tenho um filho por nome Francisco, e assim mais uma filha por nome Ritta, que no tempo de solteiro a houve de Nazaria Rozaura Gonçalves Bahia mulher parda, e outro filho que também houve no estado de solteiro por nome Joze de uma crioula por nome Marianna, os quais todos instituo por meus herdeiros das duas partes que tocarem a minha meação depois de pagas as minhas dívidas, e cumpridos os meus Legados. (APM/CMS-200, Fls. 115-116v. Testamento de Jozé da Silva Pessoa 28/08/1778).

Mais uma vez, observa-se um português que teve relacionamentos consensuais que geraram herdeiros. Essas histórias são recorrentes e quase sempre quando reconhecidas implicam no reconhecimento da paternidade e a tomada de providências em relação ao sustento, alimentação, educação e instrução de seus herdeiros. Normalmente para garantir uma profissão no caso dos meninos ou um bom casamento no caso das meninas. Isto é, busca-se a distinção para as futuras gerações daquela família. Em que pese às circunstâncias por vezes problemáticas conforme ficou registrado em seus testamentos o motivo para indicar como queria gastar sua terça:

Declaro que ao presente me acho sujeito a uma cadeia, e devendo várias dívidas ainda que módicas, e como dos bens que há neste casal pertence a meação deles a minha mulher, eu ignoro se depois de pago o que se deve me poderá ficar terça, por isso ao presente não disponho por minha alma sufrágios alguns, e só ordeno a eleição e arbítrio de meu testamenteiro a proporção da terça que me couber, se houver, fará por minha alma os sufrágios que deixo ao seu arbítrio (APM/CMS-200, Fls. 115-116v. Testamento de Jozé da Silva Pessoa 28/08/1778).

Nesse caso, informa ainda que, apesar de ter pedido ao Dr. Joze de Souza Gui-

<sup>18</sup>APM/CMS-200, Fls. 115-116v. Testamento de Jozé da Silva Pessoa 28/08/1778.

marraens que escrevesse seu testamento, ele o assinou com seu “sinal costumado de que uso”<sup>18</sup>. Em seu inventário, ficaram listados seus filhos com as seguintes idades: José com 25 anos, filho natural; Rita com 20 anos, filha natural; e, por fim, Francisco filho legítimo com 24 anos. Em seu inventário, foi nomeada como inventariante e tutora Joanna de Almeida da Costa, esposa de José da Silva Pessoa, que acaba por tentar nomear outros tutores, inicialmente sem sucesso. Por fim, ficou nomeado José da Silva Pessoa, que tinha o mesmo nome do Pai, mas que é irmão de Rita, como seu tutor. Isto por que sua mãe, Joanna de Almeida da Costa, havia casado em segundas núpcias com João Martinho Leite. É provável que essa estratégia esteja relacionada à manutenção do patrimônio familiar e a proteção da distinção alcançada pela família. Seu filho legítimo Francisco Rodrigues Costa, na época já com 26 anos, aparece como soldado dos dragões, conforme atestado do Capitão da 3ª Companhia de cavalaria dos dragões. Posteriormente é possível identificar que José da Silva Pessoa, o filho, havia se bacharelado, e é possível identificar a assinatura no inventário do pai.

## Considerações Finais

Portanto, neste artigo foi possível observar que o estudo de trajetória complementa uma análise mais quantitativa, pois apresenta várias indicações de como as estruturas influenciam o cotidiano, mas também permite visualizar as implicações do micro nas escolhas possíveis. Isto é, para além de observar as implicações macro na vida das pessoas é possível ver também a possibilidade de ação dos indivíduos e das famílias na busca pela distinção social ou sua manutenção. Também possibilitou perceber que o compartilhado pela família era a efetivação de uma estratégia reprodutora familiar, mas que se corporificou muitas vezes não em herdeiros legítimos. Muitas vezes os laços familiares eram mais importantes que os étnicos. Desse modo, mesmo sendo herdeiros mulatos, pardos ou forros, estes conquistaram a tão sonhada distinção social. Para que isso fosse efetivado foram necessárias diversas reconversões de capitais, porque a autorização para a distinção social quase sempre se efetivava apenas com a autorização das autoridades. Nesse sentido, é que dinheiro virava capital social ou cultural e que capital social virava capital social e econômico. As responsabilidades compartilhadas pelas gerações permitiram visualizar projetos intergeracionais que facilmente ultrapassavam a relação pais e filhos e muitas vezes avós, tios e padrinhos contribuía para a estratégia de busca e manutenção de uma distinção social. Sendo assim, mais uma vez, fica patente que para entender a família do período, é necessário ir além dos laços sanguíneos evidentes e perceber outras relações.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Herinaldo O.. O sermão do inconfidente cônego Luis Viera da Silva: protótipo de sacerdote para a igreja de mariana no século XVIII. In: *II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades*, 2009, Franca. Revista Brasileira de História das Religiões ? ANPUH. Maringá (PR), 2009.
- ANGELO, Fabrício V. M.. *Pelo muito amor que lhe tenho: As vivências afetivas, a Família e as Mestiçagens na Comarca do Rio das Velhas (1710-1780)* Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2013. (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. *Herdeiros: o papel da família na educação das futuras gerações nos termos de Sabará e Vila Rica (1710-1780)*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2017. (Tese de Doutorado).
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Ja-



neiro: FGV, 1996. 277p., cap.13, p. 183-91.

BURKE, Peter *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Companhia de Bolso).

GUÉRIOS, P. R.. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos* (UFPR), v. 12, p. 9-34, 2011.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In.: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar - um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: Maria Alice Nogueira; Nadir Zago; Geraldo Gromanelli. (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 125-154.